

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: (em negrito) Matérias que citam o Ministro Bento Albuquerque ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: Valor Econômico.....	2
Título: Nióbio, grafeno e lítio interessam a japoneses.....	2
Título: Para especialistas, falta transparência na apuração de vazamento de óleo	3
Título: Mourão nega omissão e promete reforço militar	6
Título: TCU releva falhas no pré-sal para evitar crise	7
Título: Compensação à Petrobras pode recuar US\$ 6,3 bi	9
Título: Risco hidrológico, uma licença poética	10
Título: O último passo para conectar Roraima.....	13
Título: Actis negocia venda da Echoenergia.....	16
Título: Destaques	17
Título: Neoenergia acompanha aquisições em distribuição	18
Título: Energia ganha peso para a São Martinho	19
Título: Setor pode perder R\$ 2 bi de receita garantida em leilões	21
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	22
Título: Um leilão de energia melhor que o esperado	22
Título: Sem ambiente	23
Título: ‘Navio fantasma’ é hipótese forte	24
Título: Governo põe Exército para tirar óleo de praias; Justiça determina ação imediata	25
Título: Voluntário tira grandes resíduos, mas poluição persistirá por anos	26
Título: Tropa já vê missão como ‘extensão comunitária’	27
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	28
Título: Biodiesel ultrapassa R\$ 3 e pressiona diesel nos postos.....	28
Título: Salles usa vídeo editado para criticar Greenpeace e discute com políticos	30

Título: Mourão anuncia reforço do Exército para limpar praias.....	31
VEÍCULO: O Globo.....	32
Título: Japoneses recebem Bolsonaro interessados em minerais raros	32
Título: Belo Monte teve cimento com sobrepreço	33
Título: ‘NÃO PRECISA EXPLICAR, EU SÓ QUERIA ENTENDER’	34
Título: Exército reforçará combate a óleo no Nordeste	34
Título: Falta governo	36
VEÍCULO: Correio Braziliense.....	37
Título: Reforço para conter o óleo	37
Título: De óleos as praias nordestinas.....	39

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 22/10/2019

Seção: Brasil

Autor: Assis Moreira — De Tóquio

Título: Nióbio, grafeno e lítio interessam a japoneses

Expectativa brasileira é que etanol de segunda geração também seja alvo do país asiático

Empresas japonesas têm grande interesse em investir mais no Brasil em minérios raros, conhecidos como “supercommodities”, como nióbio, grafeno e lítio, indicam fontes em Tóquio.

O embaixador brasileiro no Japão, Eduardo Saboia, confirma o forte interesse asiático e diz que os dois países aprofundam a cooperação para produção e uso de grafeno e nióbio, resultado de tratativas dos governos e das empresas dos dois lados, e de missão de pesquisadores brasileiros ao Japão.

No caso do nióbio, a principal empresa no setor é a Companhia Brasileira de Metalurgia e Mineração (CBMM). Ela detém 76% do comércio global desse metal usado para aumentar as propriedades dos aços afim de garantir a

fabricação de automóveis mais leves, de tubulações mais seguras para o transporte de gás, e de infraestrutura e construção civil mais segura e sustentável. Um consórcio japonês-coreano, liderado pela japonesa Sojitz, pagou US\$ 1,95 bilhão em 2011 por 15% na empresa.

A Toshiba tem parceria com a CBMM para produção de baterias automotivas de recarga ultrarrápida, considerado um novo nicho para a ampliação da demanda mundial de nióbio. O plano é produzir baterias com alta densidade energética e recarga ultrarrápida, duas necessidades atuais da indústria automotiva diante da procura crescente por veículos elétricos que usam baterias recarregáveis. A aplicação do nióbio viabiliza baterias mais seguras e duráveis e com tempos recordes de recarga, segundo CBMM. A Toshiba pretende iniciar a fase de homologação e pré-comercialização com as montadoras no começo de 2021.

Com relação ao grafeno, é considerado uma das commodities que poderão revolucionar a indústria tecnológica como um todo por sua resistência, leveza, transparência, flexibilidade e ótimo condutor de eletricidade. E os negócios nesse segmento no Brasil não tardarão a ocorrer, segundo fontes.

Quanto ao lítio, também usado para baterias de carros elétricos, a Mitsui investiu US\$ 30 milhões neste ano numa área que é explorada no Brasil pela Sigma Lithium Resources. Em troca, vai receber 25% da produção inicial de 220 mil toneladas por ano.

Além disso, o Japão passa por uma transição de sua matriz energética para uma composição mais limpa. A expectativa brasileira é que o país possa ter papel importante nisso. Por exemplo, o etanol de segunda geração, desenvolvido atualmente no Brasil, é considerado mais eficiente, ainda menos poluente e ser mais apto aos novos modelos de automóveis com propulsão elétrica.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 22/10/2019

Seção: Brasil

Autor: Daniela Chiaretti e Marina Falcão — De São Paulo e Recife

Título: Para especialistas, falta transparência na apuração de vazamento de óleo

Pesquisadores, ambientalistas e artistas afirmam que não há transparência nas ações do governo federal na investigação e na operação de contenção e limpeza do óleo que atinge 131 praias de 61 municípios dos nove Estados do Nordeste brasileiro e causa impactos socioambientais de dimensão ainda desconhecida. O governo, porém, nega as acusações de atraso e inépcia.

Uma carta aberta assinada por 81 entidades ambientalistas e 110 pesquisadores, artistas, políticos, professores e outros profissionais será protocolada hoje nos ministérios do Meio Ambiente e Energia, na Marinha, na Presidência da República e na Agência Nacional do Petróleo. “Pedimos que seja dada mais transparência ao caso, que já afeta tantas populações locais ao longo do litoral nordestino”, diz a carta, que repudia “o caráter sigiloso das informações”.

O relatório que a Petrobras enviou ao Ibama, e que teria afirmado que o óleo não é brasileiro, não é público. O **Valor** pediu acesso ao documento e a assessoria de imprensa da Petrobras informou que está sob sigilo. Consultado, o ministro do Meio Ambiente Ricardo Salles disse que o relatório foi enviado ao Ibama “como confidencial e assim está sendo tratado”. Salles acrescentou: “Não sou eu que classifico o documento”.

“A desgraça que aconteceu revela o desastre que a política ambiental se tornou no Brasil”, diz Alexander Turra, professor do Instituto Oceanográfico da Universidade de São Paulo. Turra lembra que o óleo afetou 14 unidades de conservação federais, seis estaduais e uma municipal.

“Os impactos não estão sendo analisados de forma sistemática. Há registros de organismos mortos nas praias mas os efeitos do desastre nas comunidades ou no ecossistema nem sequer estão sendo medidos”, segue Turra, responsável pela cátedra Unesco para sustentabilidade dos oceanos.

“A descontinuidade administrativa política quebrou a ligação com práticas e políticas públicas que estavam muito bem integradas no MMA e que foram desmobilizadas”, segue Turra.

Ele se refere ao fato de as comissões que deveriam dar concretude ao Plano Nacional de Contingência para incidentes de poluição por óleo em águas sob jurisdição nacional (PNC) foram destituídas com o decreto do governo do primeiro semestre que desmontou conselhos nos ministérios criados em gestões anteriores.

“Outro aspecto crítico é o que isso sinaliza”, continua. “Hoje o licenciamento ambiental não vai bem, mas o marco legal está sendo revisto e podemos ter uma piora.”

“O PNC já era ruim, quase uma carta de intenção”, diz a pesquisadora do Instituto Oceanográfico Leandra Gonçalves. Ela lembra que o PNC não define de

onde vêm os navios, boias de contenção e os recursos financeiros e humanos para conter, limpar e monitorar os impactos de um desastre desta magnitude. “Agora, contudo, todas as informações são desencontradas.”

Segundo Leandra, “a sociedade está muito perdida. Com a falta de coordenação por parte do MMA quem começou a limpar foram as comunidades, as prefeituras, os voluntários”. A bióloga segue: “Isso mostra o quanto o Brasil está vulnerável em uma situação de crise tão emergencial como esta”.

O ministro Salles rebate. “O plano está funcionando desde o começo de setembro”, disse ao **Valor**. “Tem 1.500 homens do Ibama e da Marinha trabalhando. Nenhuma praia fica limpa no mesmo dia”, continua. “Não tem nenhum lugar só com voluntário”, segue o ministro. O óleo recolhido será incinerado ou enviado a aterros. “A turma está imprecisa nas críticas”, reage.

“É fundamental que o governo informe a sociedade sobre as atividades do PNC que serão implantadas, em especial sobre planos de contenção e limpeza do óleo para que a capacidade de resposta dos órgãos gestores seja ampliada na agilidade que um incidente tão grave como esse requer”, diz Anna Carolina Lobo, gerente do Programa Marinho do WWF-Brasil. “Os impactos ao ambiente e às economias das regiões afetadas precisam ser mitigados urgentemente.”

Há um imbróglio judicial em paralelo ao desastre ambiental. No domingo, a juíza federal Telma Maria Santos Machado decidiu a favor do governo federal em ação apresentada pelo Ministério Público Federal em Sergipe que pedia o acionamento imediato de plano emergencial para atender ao derramamento de petróleo cru na costa do Nordeste. Ontem foi a vez de a Justiça Federal em Pernambuco e Alagoas decidir sobre o caso em sentido contrário, cobrando providências para conter o desastre.

“Nem prefeitura, nem Estado, muito menos União. A maioria são voluntários e pessoas que dependem da praia para tirar seu sustento, como bugueiros e ambulantes”, diz a designer Juliana Feitosa, que passou o domingo recolhendo óleo da praia de Muro Alto, no litoral Sul de Pernambuco. De acordo com a Marinha, já foram recolhidas 900 toneladas de óleo misturadas a areia no litoral nordestino desde o início de setembro.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 22/10/2019****Seção: Brasil****Autor: Matheus Schuch — De Brasília****Título: Mourão nega omissão e promete reforço militar**

De acordo com presidente interino, máximo que governo pode fazer neste momento é “ter gente capacitada para recolher” material

O presidente da República em exercício, o vice Hamilton Mourão, negou que tenha havido omissão do governo federal no caso do derramamento de óleo no litoral do país. Depois de afirmar que “o máximo” que o governo pode fazer neste momento é “ter gente capacitada para recolher” o material, ele anunciou o envio de reforço militar para a limpeza das praias do Nordeste.

“A gente está fazendo o trabalho e não está tendo visibilidade. Então, vamos botar mais visibilidade nisso aí”, argumentou Mourão, apontando ainda dificuldades de evitar o avanço do produto no mar.

Nas Forças Armadas, o trabalho tem sido liderado pela Marinha. As operações também contam com servidores de outros órgãos federais, estaduais e municipais. Nos últimos dias, autoridades da região Nordeste cobraram mais apoio da União.

Os militares destacados agora para a atividade fazem parte da 10ª Brigada de Infantaria Motorizada, sediada no Recife. O governo federal também prometeu enviar equipamentos para auxiliar as operações.

“As próprias medidas de contenção são complicadas. O máximo que a gente pode fazer hoje é ter gente capacitada para recolher este óleo que chega nas praias. É isso que estamos fazendo”, afirmou Mourão. “Não há previsibilidade porque não se consegue detectar a mancha. Pode vir a Nasa, quem quiser, que não consegue detectar isso aí.”

As manchas de óleo começaram a ser notadas no fim de agosto. Desde então, chegaram à orla dos nove Estados do Nordeste. Os últimos dias foram marcados por mutirões de servidores públicos e voluntários para limpeza das praias.

Ontem, Mourão deixou seu gabinete e foi até um centro de controle no Ministério da Defesa. Questionado, ele rebateu a afirmação do Ministério Público Federal de que o governo foi omissivo no caso. Reconheceu, porém, que houve falha de comunicação. “A juíza já analisou, mostrou que o governo desde o dia 2 de setembro acionou os protocolos correspondentes. Apenas mais uma

vez nos faltou comunicar mais isso aí", disse, referindo-se à decisão da juíza federal de Sergipe Telma Maria Santos Machado, assinada anteontem.

Em nota, a Advocacia-Geral da União (AGU) informou ter demonstrado à juíza que o governo adotou as "providências cabíveis". Segundo a AGU, a Justiça intimou o MPF a especificar, no prazo de 15 dias, quais outras medidas poderiam ser tomadas. **(Colaborou Rafael Bitencourt)**

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 22/10/2019

Seção: Brasil

Autor: Murillo Camarotto — De Brasília

Título: TCU releva falhas no pré-sal para evitar crise

O Tribunal de Contas da União (TCU) passou por cima de uma série de falhas detectadas na revisão do contrato de cessão onerosa para evitar que uma eventual frustração do leilão prejudicasse a situação fiscal do país. Em novo relatório obtido pelo **Valor**, técnicos do órgão argumentam que as perdas de um cancelamento do certame não compensariam os potenciais ganhos resultantes dos ajustes que seriam necessários.

"O presente caso configura-se situação diferenciada e não se considera oportuna a adoção de medidas que resultem em atraso na assinatura da revisão do contrato de cessão onerosa e/ou no leilão dos excedentes por diversas razões", afirma o documento.

Entre as principais alegações, está a "grave situação" financeira de Estados e municípios, que receberão 30% dos R\$ 106 bilhões previstos apenas com os bônus de assinatura. O relatório também cita "a urgente necessidade de investimentos e da ampliação da atividade econômica, para a geração de emprego e renda".

Semana passada, o plenário do TCU deu aval à realização do leilão dos excedentes da cessão onerosa, do qual se espera uma arrecadação de R\$ 628 bilhões para os cofres públicos em 35 anos. Amanhã, os ministros votam a revisão do contrato de cessão onerosa, em análise desde 2015. A tendência é de aprovação com ressalvas, seguindo recomendação da área técnica e do Ministério Público de Contas.

O parecer técnico aponta falhas graves na escolha dos parâmetros usados para o cálculo do valor final da revisão do contrato. Após mais de cinco anos de negociações, ficou definido que a União pagará US\$ 9 bilhões à Petrobras. O montante se refere à atualização dos R\$ 75 bilhões pagos pela estatal em 2010 pelo direito de explorar 5 bilhões de barris na área da cessão onerosa.

Por causa das discrepâncias entre os parâmetros adotados pela Petrobras e pela Agência Nacional do Petróleo (ANP), a definição do valor final da revisão se alongou por anos, mostrando valores completamente diferentes do que foi acordado ao final.

No início das discussões, a certificadora contratada pela Petrobras avaliou em US\$ 37 bilhões o valor que a estatal teria a receber. Já a empresa contratada pela ANP entendia que a União deveria ser ressarcida em US\$ 38 bilhões. Essas diferenças, segundo o TCU, foram causadas pelas falhas nos parâmetros econômicos e resultaram em um grande atraso no fechamento do acordo.

“O processo de revisão do contrato de cessão onerosa foi excessivamente lento para o alinhamento das premissas necessárias, levando à elaboração de laudos técnicos acentuadamente divergentes em determinadas questões, o que prejudicou sua comparabilidade, e onerou, em demasia, o processo decisório dos gestores”, diz o relatório.

Os auditores também apontaram uma inconsistência no cálculo dos custos estimados de produção nos quatro campos que vão a leilão. Foi identificada, por exemplo, uma superestimativa de US\$ 1,6 bilhão somente nos custos com as plataformas de exploração que vão operar no campo de Búzios, o maior e mais importante da cessão onerosa.

O Ministério da Economia calcula que a não realização do leilão acarretaria em um prejuízo de US\$ 5,4 bilhões por ano ao governo. Por causa disso, a apresentação de questionamentos mais severos, com consequente suspensão do certame, poderia tornar os ajustes desvantajosos.

“De sorte que, considerado também o ganho financeiro que a competitividade proporcionará ao leilão, não se vislumbra ajuste (ante os dados apresentados) possível na revisão do contrato de cessão onerosa que possa suplantiar as perdas da não realização do leilão ou de eventual prejuízo à competitividade do certame”, diz o parecer.

Além da situação fiscal de Estados e municípios e da necessidade de investimentos, o tribunal cita no relatório técnico a conjuntura internacional favorável para a oferta de áreas para exploração e produção de petróleo, “que torna o Brasil o foco da atenção dos grandes players mundiais do setor, o que garante elevada atratividade ao leilão”.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 22/10/2019****Seção: Brasil****Autor:****Título: Compensação à Petrobras pode recuar US\$ 6,3 bi**

Considerado primordial para a competitividade do leilão da cessão onerosa, o valor da compensação à Petrobras pode cair pelo menos US\$ 6,3 bilhões (US\$ 26 bilhões) em relação ao projetado inicialmente pela Agência Nacional do Petróleo (ANP).

O dado consta em um relatório do Tribunal de Contas da União (TCU), que se baseou em estimativas da Empresa de Pesquisa Energética (EPE). Segundo esse cenário, as empresas vencedoras do leilão teriam que pagar US\$ 38,9 bilhões à Petrobras.

O valor é 14% inferior aos US\$ 45,2 bilhões estimados pela ANP. A diferença está no cálculo do preço do barril de petróleo que será usado como referência para o pagamento das compensações.

Enquanto a ANP adotou uma cotação média de US\$ 76,18 para todo o período dos contratos, a EPE considerou os preços ao longo do tempo e constatou que nos primeiros anos de exploração, quando grandes volumes serão extraídos, o barril estará bem abaixo do estimado pela agência reguladora.

“Como os valores previstos de preço de petróleo são inferiores a US\$ 76,18, no período inicial e ultrapassam essa estimativa somente a partir de 2026, o presente estudo evidencia ainda mais a inadequação do valor do petróleo utilizado para cálculo da compensação”, diz o parecer.

O Ministério de Minas e Energia (MME) também tem sua projeção para as compensações, mas o número é mantido em sigilo. Uma fonte na pasta, entretanto, informou que o cenário “é ainda mais competitivo” do que o apresentado pela ANP, ou seja, o valor devido à estatal seria mais baixo.

A Petrobras deve ser ressarcida por duas razões. A primeira trata dos investimentos já realizados pela estatal nas áreas. A Petrobras ganhou em 2010 o direito de explorar a região e já fez pesados investimentos nos campos.

A estatal também terá que rever o ritmo do seu fluxo de caixa, que será reduzido pela entrada de novas empresas na região.

Apesar das estimativas feitas por ANP, EPE e MME, o valor final das compensações é desconhecido. Ele será definido mediante negociação direta entre a Petrobras e os novos sócios, ou seja, as empresas que vencerem o leilão.

O TCU ressalta, no entanto, que a livre negociação não significa que qualquer acordo será aceito. “A liberdade negocial reside na escolha entre premissas razoáveis e métodos, que devem ser obrigatoriamente embasados nas ciências econômicas, na estatística, em base de dados confiáveis e atualizados e em boas práticas do setor, cuja escolha resulta em valores de parâmetros e, por fim, em uma compensação justa à Petrobras”.

A compensação é considerada um fator-chave para o sucesso do leilão, já que as empresas interessadas em participar da disputa devem considerar esse desembolso em seu planejamento, além do pagamento dos bônus de assinatura do certame.

Durante análise do edital do leilão, técnicos do TCU chegaram a dizer que, a depender do formato, as compensações poderiam comprometer seriamente o nível de concorrência da disputa. Em alguns casos, como no campo de Búzios, o pagamento da compensação e do bônus de assinatura poderiam representar quase metade da receita projetada para os 35 anos do contrato.

“Tais montantes praticamente induzem as empresas (mesmo as maiores do mercado) a atuarem de forma consorciada (o que já limitaria bastante a multiplicidade de ofertas) e restringem o acesso a um seleto grupo de alta capacidade financeira”, alertou o órgão de controle, em relatório.

A competitividade do leilão interessa ao TCU porque a parcela de recursos que caberá a União será maior de acordo com as ofertas a serem apresentadas, ou seja, quanto mais competidores participando do certame, maior será a receita para o governo. **(Colaborou Rafael Bitencourt)**

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 22/10/2019

Seção: Opinião

Autor: Edvaldo Santana

Título: Risco hidrológico, uma licença poética

Em meados da década de 60, já com 12 anos, tinha dificuldades intransponíveis para entender a letra de uma canção muito conhecida. “Mangueira teu cenário é uma beleza que a natureza criou. O morro com seus barracões de zinco,

quando amanhece, que esplendor”. A energia elétrica tinha acabado de chegar na minha casa, em Aracaju, por isso estranhava a exaltação à pobreza dos barracos. A professora de português, indagada pelo então adolescente, apresentou-me como justificativa a licença poética, que tudo permitia. Trinta anos depois, Joãozinho Trinta deu-nos a explicação definitiva, quase uma sentença: “... quem gosta de miséria é intelectual”.

Tenho refletido sobre a economia brasileira e, em particular, um dos seus segmentos, o setor elétrico. Tento identificar de onde surgiu a rotina de quase sempre privilegiar o atraso. Há 5 anos discute-se para quem repassar a conta do risco hidrológico, muito conhecido pela sigla GSF. É um tema efervescente no Congresso Nacional, Judiciário, **Ministério de Minas e Energia** e Agência Nacional de Energia Elétrica, além das 35 associações de classe.

Em alguns meses, apesar da escassez de água, o sistema pode “produzir” energia secundária, pura ficção

Recentemente, um senador, Marcos Rogério, colocou os holofotes nos impactos do GSF. Só que ele chegou atrasado, e seus questionamentos, apesar de meritórios, estão a léguas da raiz do problema. No estágio atual, e dada a atrapalhada condução do processo desde o começo, o não equacionamento do GSF, via Projeto de Lei (PL) em curso, talvez eleve mais ainda os custos para os consumidores. Mas que ele não tenha dúvida, não é uma solução inteligente e só cuida do passado.

O risco hidrológico, desde 2014, já retirou dos consumidores R\$ 150 bilhões, em contas que vão de uma tunga apelidada de “repactuação”, puro eufemismo, e inclui empréstimos de mais de R\$ 40 bilhões para cobrir os custos das distribuidoras. Tais empresas não tinham energia contratada para fazer frente à severa escassez de água, turbinada pela má gestão do sistema elétrico.

Há sérias divergências quanto aos impactos do PL em tramitação no Senado. O GSF é o resultado de uma equação muito simples, mas que, ao contrário do que pensam os ingênuos, não guarda relação direta com quaisquer atributos físicos. A equação tem em seu numerador a (suposta) energia gerada pelas hidrelétricas (UHE) em determinado mês e, no denominador, o total da (suposta) garantia física (GF) desse mesmo conjunto de UHE. Se as usinas produzem menos que o total da GF, o valor do GSF é menor que 1,0, como acontece desde 2013.

E aqui iniciam as ficções, que custam caro para os consumidores. Começamos pelo numerador da equação, isto é, pela energia gerada. Apesar dessa denominação, o que é usado no cálculo do GSF é o valor mensal proposto em dezembro do ano anterior pelas UHE, daí a “suposta”. Por exemplo, na

expectativa de que os preços sejam maiores no 2º semestre que no 1º, as UHE propõem gerar mais naquele do que neste, mesmo tendo certeza que não terão como produzir o prometido. Essa geringonça tem nome pomposo: sazonalização.

Esse somatório de intenções, e não de MWh real, resulta em um “excedente” de geração para ser vendido, cuja conta vai, adivinha para quem? Para os consumidores e para as outras usinas que, por alguma razão, não fizeram a mesma manobra. Em determinados meses, apesar da escassez de água, o sistema pode “produzir” energia secundária (quando o montante de intenções supera o total da GF), a mais pura ficção. Nenhum mísero MW fora produzido a mais do que a GF.

Como a maior parte das intenções foi alocada no 2º semestre, o numerador da equação, no 1º semestre, fica muito menor, reduzindo o valor do GSF para algo como 0,5 ou 0,6. Em outras palavras, as UHE agravam, sem cerimônia, o valor do GSF e transferem grande parte da conta para terceiros. Pelo menos essas ficções deveriam ser expurgadas do PL, mas disso ninguém quer falar. Explico-lhes o porquê.

Precisamos falar do denominador da equação, as GF, outra ficção. De modo simplificado, a GF significa o quanto o total das UHE pode produzir quando presente o pior regime hidrológico. É quanto o operador do sistema pode contar para atender à carga com segurança. A partir de alguns parâmetros, esse total de GF é repartido entre as UHE. Os valores assim estimados deveriam ser revistos a cada 5 anos, limitados a 5% em cada revisão e 10% durante o período da outorga.

Com o passar do tempo, e em mais uma adoração ao atraso, e quando o mundo caminhava para a liberação dos mercados elétricos, no Brasil decidiu-se vincular a GF ao volume de energia que uma usina pode comercializar. Com esta amarração, unimos segurança do sistema e comercialização, em um casamento sem a menor chance de dar certo. Como a segurança é uma variável sujeita a excessivas intervenções, em razão dos interesses políticos, os resultados financeiros das usinas ficaram vulneráveis às decisões irracionais do governo de plantão. (É esta a razão da busca do Legislativo e do Judiciário para questionar os valores do GSF).

E o que é pior: o governo, a quem compete revisar a GF, só começou a fazê-lo muito tarde, e de forma equivocada e ilegal, mesmo sabendo que o sistema já não contava com a energia que dizia ter. Tanto que, em 2007, autorizou a contratação de energia de reserva (para substituir a GF que não existia). Cerca de 5.000 MW médios já foram adquiridos a este título. A GF, então, estaria

inflada em pelo menos 5.000 MW médios, o que já foi objeto de Acórdão do Tribunal de Contas da União.

Por que o governo, desde 2002, resiste em reduzir a GF? São várias as razões. Ficarei com a mais relevante. Não sei se perceberam, mas como a GF é maior do que deveria ser, a real segurança do sistema é menor do que a divulgada e as UHE, na média, estão a vender o que não têm. Mais da metade dessas UHE, outorgadas antes de 2002, pertence a estatais, sobretudo à Eletrobrás, que inflam seus resultados vendendo o que já não conseguem entregar. Com um agravante: essa GF é vendida, desde 2013, sob a forma de quotas, com risco hidrológico transferido para os consumidores. Assim, as usinas vendem o que já não possuem, e sem o principal risco do negócio, que, por diferentes manobras legais, é agora dos consumidores.

Reduzir a GF deixaria os consumidores descontratados, é fato, mas o cenário lhes é favorável. A energia dessas UHE custa mais de R\$ 200/MWh e seria substituída por outra de R\$ 140/MWh e com os riscos bem alocados. É incompreensível o governo não ter atrelado seu apoio ao PL à redução da GF.

Retirar o risco hidrológico das costas dos consumidores deveria ser o objetivo de qualquer projeto que não exalte o atraso, que preze a livre escolha. Também não há razão, a não ser por licença poética, para unir segurança do sistema e comercialização de energia, casamento que sobrevive de aparências, como o cálculo do GSF. Ainda há tempo. Ou não?

Edvaldo Santana, ex-diretor da Aneel, é vice-presidente de Novos Negócios da Electra Energy

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 22/10/2019

Seção: Opinião

Autor: Claudio Sales

Título: O último passo para conectar Roraima

Com lamentável frequência, o setor elétrico brasileiro é afetado por situações em que imperfeições na legislação, na regulação ou em atos de governos produzem imbróglis com consequências e custos para consumidores, empresas e para os próprios formuladores de políticas públicas.

Este é o caso da linha de transmissão de 725 quilômetros, conectando Manaus a Boa Vista, leiloada em setembro de 2011, cujo contrato de concessão foi assinado em janeiro de 2012, com previsão de entrar em operação após 36 meses - em janeiro de 2015 - mas que, até hoje, não saiu do papel.

Custos bilionários serão impostos aos consumidores caso a linha de transmissão não seja implementada

No traçado dessa linha há 123 quilômetros que atravessam parte da reserva indígena Waimiri Atroari, margeando uma estrada federal já existente, a BR 174.

De acordo com o contrato de concessão, cabe ao empreendedor a obtenção das licenças ambientais, a começar pela Licença Prévia (ou “LP”, que define a viabilidade socioambiental do projeto) e a Licença de Instalação (ou “LI”, que autoriza o início das obras).

Depois de muita insistência se conseguiu a LP, mas até hoje não se conseguiu a LI, necessária para começar as obras, porque o governo federal não havia liberado o acesso à terra indígena para a realização dos estudos necessários.

Boa Vista, no estado de Roraima, é a última capital brasileira que ainda não está conectada ao Sistema Interligado Nacional, o chamado “SIN”, uma grande malha de transmissão que torna possível ao Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) buscar a alternativa de maior segurança e menor custo para o suprimento de energia elétrica.

Uma vez que Roraima ainda não faz parte do SIN, o abastecimento daquele estado depende de importação de energia da Venezuela - que tem reduzido a entrega e dificilmente renovará o contrato - e de usinas termelétricas de alto custo instaladas no estado.

As termelétricas movidas a óleo diesel instaladas em Roraima, que deveriam atuar de forma complementar, têm sido acionadas de forma contínua e, segundo o **Ministério de Minas e Energia**, consumirão em 2019 um milhão de litros por dia, ao custo de R\$ 1,9 bilhão. Além disso, as usinas recém-contratadas para suprimento de Boa Vista a partir de 2021 terão um custo fixo anual de R\$ 790 milhões mas, segundo dados da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica, este custo poderá chegar a R\$ 1,65 bilhão por ano caso estas termelétricas sejam acionadas todo o tempo. Como se trata de um Sistema Isolado, a legislação prevê que este sobrecusto seja coberto por encargo na conta de luz, pago pelos consumidores brasileiros de todos os estados.

São evidentes as razões que justificam a implantação dessa linha de transmissão: maior confiabilidade de suprimento e economia próxima de bilhão por ano. É evidente também que o atraso se deveu à impossibilidade de o governo de autorizar os estudos para o início da obra, pois cabia à Funai a emissão de um termo de referência para a realização dos estudos que, por sua vez, dariam ao Ibama a condição para licenciar o início da obra.

O empreendedor, por sua vez, foi diligente no encaminhamento do processo de licenciamento ambiental e, mais ainda, incorreu nos custos da aquisição dos cabos da linha de transmissão e da construção de uma subestação em Boa Vista.

Essa situação kafkiana pareceu ter fim graças a uma iniciativa recente do governo, que enquadrou o projeto como de interesse nacional para retomar o processo de licenciamento ambiental.

Em paralelo, a comunidade indígena atingida, os Waimiri Atroari, restabeleceu o diálogo com a Funai e com os empreendedores para acordar uma forma de compensação que lhes seja satisfatória. Houve um acordo e os empreendedores comprometeram-se a atender às demandas dos indígenas quanto aos investimentos que asseguram a sustentabilidade da etnia por muitos anos e, também, quanto à modificação do projeto, alteando as torres para 110 metros no trecho da reserva, minimizando assim o impacto ambiental.

Com as mudanças acima, a linha projetada afetaria diretamente cerca de 50 hectares, ou cerca de 0,002% da reserva Waimiri Atroari, que tem 2.500.000 hectares, uma área indígena de dimensões intermediárias entre as dos estados de Sergipe e Alagoas.

O último passo para finalmente conectarmos Roraima ao Brasil é o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato que foi corroído por tantos anos de atraso. Tudo conforme prevê a legislação, e com o amparo de pareceres da Advocacia Geral da União (AGU).

Coube à Aneel, agência reguladora, decidir sobre o montante de investimento reconhecido como necessário para construir a linha de transmissão nas condições atuais. No entanto, o regulador, em decisão recente, estabeleceu um valor para a receita anual permitida (RAP) que, segundo os empreendedores, está distante de remunerar o capital total a ser investido.

Analistas financeiros apontam que, nas condições estabelecidas pela Aneel, a taxa interna de retorno do empreendimento ficaria na ordem de 2,2%, o que é sinônimo de destruição de valor quando são considerados o custo de oportunidade do capital e os riscos envolvidos no empreendimento.

A diferença entre a receita anual que o empreendedor julga necessária para construir a linha a partir de agora e o que a Aneel reconhece é da ordem de R\$ 100 milhões. Esse número contrasta com a economia anual de muitas centenas de milhões que os consumidores teriam se pudessem contar com a linha de transmissão.

A Aneel, cujas boas práticas e rigor analítico têm contribuído para a modicidade tarifária, tem diante de si uma oportunidade para, além de finalmente conectar

eletricamente Roraima ao resto do Brasil e diminuir a dependência energética de um país instável como a Venezuela, de evitar os custos bilionários que serão impostos aos consumidores brasileiros caso essa linha de transmissão não seja implementada.

Claudio J. D. Sales é presidente do Instituto Acende Brasil
(www.acendebrasil.com.br)

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 22/10/2019

Seção: Empresas

Autor: Maria Luíza Filgueiras — De São Paulo

Título: Actis negocia venda da Echoenergia

Gestora britânica contratou Credit Suisse como assessor financeiro; geradora eólica é avaliada em R\$ 6 bi

A gestora de private equity Actis colocou à venda uma de suas companhias de geração de energia, a Echoenergia. O **Valor** apurou que a gestora contratou o banco de investimento Credit Suisse para assessorá-la na negociação com potenciais compradores. Conforme duas fontes, a empresa é avaliada em cerca de R\$ 6 bilhões, considerando as ações e a dívida.

A Echoenergia tem 973 megawatts (MW) de capacidade de geração de energia eólica, sendo 700 MW em operação e o restante em construção. As unidades ficam no Ceará, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Bahia, parte delas adquirida, em 2017, da Casa dos Ventos e do grupo Gestamp. Conforme o balanço de 2018, a empresa tem cerca de R\$ 2,5 bilhões de dívida, concentrada em financiamentos dos bancos públicos BNDES e BNB e uma pequena parte em debêntures. A receita operacional líquida anual foi de R\$ 675 milhões.

Conforme uma das fontes, esse processo de venda foi antecipado em relação ao que a gestora pretendia, por conta da proposta de um comprador específico. Não há ainda, no entanto, qualquer exclusividade de negociação. Procuradas, Actis e Echoenergia não comentaram.

A Actis é uma gestora britânica que investe principalmente na América Latina, Ásia e África, e tem energia entre seus setores de preferência - já aplicou mais de US\$ 6 bilhões no setor. No Brasil, tem participação na varejista Companhia Sulamericana de Distribuição, a rede de idiomas CNA e da processadora de

pagamentos Stone, e foi o primeiro fundo a investir na XP Investimentos. No setor de energia, sua estratégia no país tem sido desenvolver projetos e comprar ativos de energia renovável para formar novas companhias. Além da Echoenergia, controla a Atlas Renewable Energy, que soma 1,2 GW de potencial total de geração de energia solar, e está finalizando a venda da Atlantic Energias Renováveis, sua outra companhia que também é principalmente de geração de energia eólica.

Em fevereiro, a Actis acertou a venda da Atlantic para a chinesa China General Nuclear Power Group. A CGN precisou negociar com os credores de cada projeto da Atlantic para exercer a troca de controlador e a venda está em fase final. Este ano, a Actis captou um novo fundo para investir em energia em diferentes regiões, somando US\$ 2 bilhões. Já com esse capital, começou a montar uma nova companhia de ativos eólicos operacionais no Brasil - a primeira aquisição foi o complexo Babilônia, na Bahia, comprado da EDP Renováveis em julho.

A Echoenergia é um dos maiores ativos em negociação no setor, de valor semelhante ao da transmissora de energia Argo, colocada à venda pela gestora Pátria.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 22/10/2019

Seção: Empresas

Autor:

Título: Destaques

Vale suspende barragem

A Vale suspendeu temporariamente, a partir de ontem, a disposição de rejeitos na barragem Itabiruçu, localizada no complexo de Itabira, em Minas Gerais, enquanto realiza avaliações sobre as características geotécnicas da barragem. Conforme a empresa, em comunicado, a decisão de paralisar as atividades dessa barragem derivou de avaliação da própria Vale, acordada com órgãos de fiscalização externos, sobre a necessidade de realizar estudos complementares sobre as características geotécnicas. Os estudos serão realizados por empresa contratada pela Vale, durante o prazo de 30 dias. No documento, a Vale informou que o impacto da paralisação da barragem, que recebe rejeitos da mina de Conceição, estará limitado a 2019 a cerca de 1,2 milhão de toneladas, uma vez que o plano de produção de 2020 já previa a paralisação momentânea desta barragem em grande parte do próximo ano.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 22/10/2019****Seção: Empresas****Autor: André Ramalho — Do Rio****Título: Neoenergia acompanha aquisições em distribuição**

Companhia está atenta aos movimentos do mercado

Em meio a expectativa de uma rodada de privatizações de concessões estaduais do setor elétrico, o diretor-presidente da Neoenergia, Mario José Larrain, disse ontem que a companhia está atenta aos movimentos do mercado, em especial no setor de distribuição.

“Não quero dizer que não estudaremos oportunidades em eólica e transmissão, mas o que tem mais chance é o mundo da distribuição”, afirmou o executivo, durante teleconferência com investidores, ao ser questionado sobre o interesse da empresa por aquisições, sem fazer referências a ativos em específico.

Ele comentou ainda que, numa eventual aquisição, a companhia tende a buscar “sinergias reais” com os atuais ativos da empresa, que controla a Coelba (BA), Cosern (RN), Celpe (PE) e Elektro (SP). Ainda segundo o executivo, a Neoenergia respeitará a “política de alocação de capital e a disciplina de capital bastante rigorosa” do grupo.

Larrain comentou também que não considera possível ocorrer algum negócio em 2019, mas que “2020 pode ter oportunidades”. Conforme antecipado pelo **Valor** ontem, um novo pacote de privatizações de elétricas se avizinha. Em estágio mais avançado estão os processos da CEEE (RS), CEB (DF) e CEA (AP) e, num passo mais atrás, a desestatização da mineira Cemig.

Ainda sobre os negócios de distribuição, Larrain, disse que o Custo Médio Ponderado de Capital (WACC, taxa de atratividade mínima para se investir) proposta recentemente pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), de 7,17%, ficou “abaixo das expectativas da companhia”. Ele, contudo, afirmou que está confiante na melhoria da taxa. “Entendemos que é um processo preliminar. Nesse sentido estamos confiantes de que está sujeita a melhoras”, afirmou Larrain.

No setor de geração de energia, o executivo afirmou que a companhia vem trabalhando para recontratar a termelétrica Termopernambuco (533 megawatts) no leilão de energia existente de março de 2020.

“Estamos trabalhando para construir uma solução regulatória via leilão para a Termopernambuco”, disse Larrain.

A usina é uma térmica inserida no Programa Prioritário de Térmicas (PPT) e possui, atualmente, contratos de longo prazo com a Coelba e Celpe, mas que vencem em 2024.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 22/10/2019

Seção: Agronegócios

Autor: Camila Souza Ramos — De São Paulo

Título: Energia ganha peso para a São Martinho

Uma das seis empresas sucroalcooleiras que conseguiram fechar um contrato de longo prazo de venda de energia no leilão A-6 realizado pelo governo na última sexta-feira, a São Martinho espera que o feito represente a injeção de pelo menos R\$ 40 milhões em seu lucro antes de juros e impostos (Ebit) referente às operações de cogeração, que atualmente está em R\$ 200 milhões por safra. Foi o que afirmou Fabio Venturelli, presidente da companhia, ao **Valor**.

“Em energia, vamos buscar de R\$ 240 milhões a R\$ 250 milhões em geração de Ebit para a companhia”. O aumento da rentabilidade será equivalente ao crescimento da capacidade, que passará dos atuais 1 gigawatt-hora (Gwh) ao ano vendidos ao mercado para 1,2 GWh quando o projeto estiver concluído. A área de cogeração responde por quase 10% da receita líquida da São Martinho.

O investimento para aumentar a capacidade, de R\$ 320,5 milhões, consistirá na compra de uma caldeira de alta pressão, de um gerador e de alterações na estrutura atual da usina da São Martinho em Pradópolis (SP). A receita fixa anual prevista no leilão a partir da validade do contrato, em 2025, será de R\$ 36,5 milhões anuais por 25 anos. De acordo com Felipe Vicchiato, diretor financeiro da companhia, a taxa de retorno será na casa “dos dois dígitos”.

A notícia foi bem recebida pelo mercado, dado que a companhia já tem conseguido uma boa geração de caixa. O BTG Pactual avaliou que a venda no leilão “parece atrativa” e estimou uma taxa interna de retorno (TIR) de 12%, de acordo com relatório assinado pelos analistas Thiago Duarte e Pedro Soares. Ontem, as ações da companhia subiram 0,51% na B3, a R\$ 17,83.

O investimento será concluído em 2023, ainda antes da entrada em vigor do contrato. Dessa forma, durante dois anos a planta venderá a energia adicional no mercado livre, no qual muitas vezes o preço fica acima dos valores dos leilões.

Segundo Vicchiato, o preço da energia contratada no leilão, de R\$ 206 o MWh, está em linha com o preço médio que a companhia tem atualmente contratado em leilões públicos, embora seja ligeiramente menor que os preços médios totais (que incluem vendas no mercado livre e em contratos privados de longo prazo), em torno de R\$ 220 o MWh.

A São Martinho já tinha o projeto na gaveta e estava à espera de uma oportunidade para “fechar a conta do ponto de vista do financiamento”, afirmou Venturelli. “O projeto chegou ao patamar de preço que queríamos e a conta fechou”, disse.

Atualmente, 55% da energia que a São Martinho vende ao mercado está contratada em leilão. Com o novo projeto, a parcela da energia contratada nessa modalidade irá a 70% em 2025. Dois anos depois, porém, a parcela voltará a 50%, já que não estará mais valendo o contrato da planta de cogeração da Usina Boa Vista, em Quirinópolis (GO).

Para o presidente da São Martinho, essa distribuição das vendas de energia é “saúdável”. “Temos bom relacionamento com contratos privados e é sempre saúdável ter algo no mercado livre. Para nós, o leilão foi uma forma de fazer uma contratação estratégica que nos deixa bem equilibrados”, afirmou.

A expiração do contrato de energia em leilão na Usina Boa Vista em 2026 não é vista com preocupação, mas até como uma oportunidade, caso o grupo confirme o investimento na construção de uma usina de etanol de milho anexa à unidade de Goiás. “Como é preciso a eletricidade do vapor para produzir o etanol de milho, o projeto consumiria uma parcela que se colocaria em leilão ou no mercado livre”, disse Venturelli.

A decisão em partir para essa nova empreitada, porém, ainda não está confirmada. Quando revelou, em junho, o plano de investir na usina de etanol de milho, o executivo ressaltou, ao **Valor**, que o benefício fiscal com o qual o governo de Goiás havia se comprometido era um ponto “absolutamente relevante” para a decisão.

Nos últimos meses, porém, o governo goiano vem sendo pressionado a rever os incentivos fiscais ao segmento sucroalcooleiro. Questionado sobre se a indefinição política atrasa a decisão sobre o projeto, o diretor financeiro disse que a empresa não iria fazer nenhum comentário.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 22/10/2019

Seção: Agronegócios

Autor: Camila Souza Ramos — De São Paulo

Título: Setor pode perder R\$ 2 bi de receita garantida em leilões

Decisão do governo de restringir os próximos leilões de energia existente, com entrega a partir de 2024 e 2025, às usinas a gás natural e a carvão mineral gera preocupação entre as usinas de biomassa

A decisão do **Ministério de Minas e Energia (MME)** de restringir os próximos leilões de energia existente, com entrega a partir de 2024 e 2025, às usinas a gás natural e a carvão mineral gerou preocupação entre as usinas de biomassa. A restrição deverá agravar a situação do segmento, que tem contratos de longo prazo que vencerão em 2023 e que, no caso das usinas sucroalcooleiras, garantem hoje uma receita anual da ordem de R\$ 2,1 bilhões.

Na semana passada, o ministério definiu que os leilões A-4 e A-5, que ocorrerão em 2020, substituirão projetos de térmicas a diesel por térmicas a gás natural e carvão - que são, nessa comparação, menos poluentes. A área de biomassa (bagaço de cana, entre outros) ficou de fora. O segmento tem contratos acertados em leilões passados que vencem em 2023 e que têm potência somada de mais de 2 gigawatts (GW) - que significa 10% da capacidade instalada do setor em operação comercial.

“São mais de 2 GW [de energia a biomassa] que terão seus contratos vencendo a partir de 2024. E esse momento casa com o período de início de entrega desses leilões A-4 e A-5 de energia existente. A possibilidade de participar desses leilões seria um incentivo para investimentos em retrofit - não só das usinas que contribuem para o Sistema Interligado Nacional, mas também das que ainda não exportam energia”, defendeu Leonardo Caio Filho, diretor de Tecnologia e Regulação da Associação da Indústria de Cogeração de Energia (Cogen), em nota.

O segmento de biomassa defende, ainda, que sua tecnologia é menos poluente e está próxima dos centros de consumo. Segundo estudo da Empresa de Pesquisa Energética (EPE), as emissões líquidas das térmicas a biomassa da cana são praticamente nulas, porque o crescimento da planta absorve as

emissões da queima do bagaço. Já as emissões das térmicas a gás são de 56 toneladas de gás carbônico por terajoule (TJ).

“Nos leilões de energia nova, a biomassa tem concorrido com carvão mineral e gás natural. Até por uma coerência de política setorial, seria uma sinalização importante que o MME incluísse a biomassa”, disse Zilmar de Souza, gerente de bioeletricidade da União das Indústrias de Cana-de-Açúcar (Unica), também em nota. Em geral, o setor reivindica leilões exclusivos para biomassa, mas ele ressaltou que, “dada a importância desses leilões”, as usinas também querem participar.

A maior parte da cogeração de eletricidade a partir de biomassa no Brasil provém da queima do bagaço da cana. No ano passado, 82% da bioeletricidade foi fornecida pelas usinas sucroalcooleiras. A cogeração de biomassa da cana representa uma fonte importante de receita das usinas e oferece alto retorno financeiro, já que a biomassa já foi retirada das lavouras na operação de colheita e moagem da cana.

E a produção de biomassa tende a crescer com o estímulo ao aumento da produção de cana esperado com o RenovaBio. Nas contas da Cogen, se o programa elevar a oferta de cana em 200 milhões de toneladas, haverá biomassa para aumentar a potência do setor em pelo menos mais 4 GW.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 22/10/2019

Seção: Editorial

Autor:

Título: Um leilão de energia melhor que o esperado

Se há uma iniciativa em que o governo Bolsonaro vem obtendo excelentes resultados, este é o caso dos leilões de infraestrutura, entre os quais os de energia, como o promovido há pouco pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) e pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE). Trata-se do Leilão de Geração A-6, que movimentou R\$ 44 bilhões em contratos e deverá assegurar investimentos de R\$ 11 bilhões para aumentar o fornecimento de eletricidade por 20 anos a 30 anos, a partir de 2025. A maior usina contratada foi a de Barcarena, no Pará, movida a gás, que será assumida por um consórcio norueguês (Golar) e americano (fundo Stopeak e Evolution Power Plants).

Os projetos negociados vão propiciar oferta adicional de 1.702,5 MW médios de garantia física e de 2.979,1 MW de potência instalada, sabendo da diferença que há entre a potência contratada e a energia efetiva produzida. O preço médio da energia que será oferecida pelas 91 empresas vencedoras do certame

A-6 foi de R\$ 176,09 por MWh, o que significa um deságio de 39,5% em relação aos preços-teto estabelecidos pela Aneel. Embora nem todos os empreendimentos tenham despertado interesse, os montantes do leilão superaram em muito a expectativa das autoridades.

Foram contratados 27 projetos hidrelétricos, entre eles usinas, pequenas centrais (PCHs) e centrais geradoras, 44 usinas eólicas e 11 usinas solares fotovoltaicas, além de 9 usinas térmicas, das quais 6 movidas a biomassa e 3 movidas a gás. O leilão permitirá reduzir o custo da energia para distribuidoras e consumidores finais. O diretor-geral da Aneel, André Pepitone, fala numa “nova realidade” com “menos subsídios cruzados e cada fonte de energia sendo competitiva”.

Com o certame, evidencia-se a melhor distribuição geográfica da oferta de energia: 26 projetos serão instalados na Bahia, 14 no Rio Grande do Norte e 11 em Santa Catarina. Entre as distribuidoras mais interessadas na energia nova oferecida estão a Light e a Cemig, num sinal de confiança na retomada da economia e na demanda de energia. O presidente do Instituto Acende Brasil, Cláudio Sales, considerou o leilão agressivo e muito competitivo. O êxito do leilão prenuncia bons ventos para o esperado programa de privatização de distribuidoras estaduais, que trará benefícios fiscais.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 22/10/2019

Seção: Colunas

Autor: Sonia Racy

Título: Sem ambiente

Direto da fonte:

Diante do silêncio do governo sobre o óleo nas praias do Nordeste, Moro foi bombardeado ontem, em Paulista (PE), por perguntas sobre o tema. Resultado? A assessoria encerrou meia hora antes do previsto a sua coletiva – na qual ele se limitou a dizer que tem “uma investigação em curso” sobre o óleo nas praias. E avisou que só falaria de segurança pública. Moro almoçou com o governador anfitrião Paulo Câmara – que tem sido alvo de Bolsonaro nas redes sociais.

Ambiente 2

Hoje, quem desembarca por lá é o próprio ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles. Tem reunião com Paulo Câmara e os deputados federais Silvio Costa Filho, que o convidou, João Campos e Augusto Coutinho.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Data:** 22/10/2019**Seção:** Metrópole**Autor:****Título:** 'Navio fantasma' é hipótese forte

Perguntas & respostas

1. Quando e onde as manchas foram vistas pela primeira vez?

De acordo com dados do Ibama, os primeiros registros de manchas de óleo no litoral brasileiro foram em 30 de agosto, nas cidades de Conde e Pitimbu, na Paraíba.

2. Em quais e quantos locais o poluente já foi encontrado?

As manchas já foram encontradas em todos os Estados nordestinos: Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia. O poluente foi identificado em uma faixa de mais de 2 mil quilômetros da costa brasileira, em 200 pontos de 78 municípios, conforme balanço mais recente.

3. Que tipo de petróleo é esse?

A análise feita pela Marinha e pela Petrobrás “apontou que a substância é petróleo cru, ou seja, não se origina de nenhum derivado de óleo”. Conforme o órgão, a substância se trata de hidrocarboneto, conhecido como piche, e é a mesma em todos os pontos analisados. Ainda segundo a análise, o petróleo encontrado é mais denso do que o produzido no País.

4. De onde veio esse petróleo?

A origem ainda é desconhecida. Investigações sigilosas realizadas pela Marinha e pela Petrobrás encontraram petróleo com a mesma “assinatura” da Venezuela. Só que o governo Nicolás Maduro já negou qualquer ligação com o caso.

5. Como ocorreu o derrame?

O presidente Jair Bolsonaro disse não descartar que tenha sido uma ação criminosa, mas ponderou que a apuração sobre o caso ainda está em curso. A hipótese mais forte, neste momento, é de “navio fantasma”, embarcação clandestina de contrabando de petróleo.

6. O que o governo está fazendo para conter o avanço?

O governo federal anunciou ontem que o Exército será colocado à disposição das operações de limpeza. A Marinha e o Ibama também informaram que estão trabalhando no monitoramento e investigação das manchas.

7. E a Justiça?

Ela determinou liminarmente à União e ao Ibama que adotem “providências imediatas” para contenção e recolhimento do óleo.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 22/10/2019

Seção: Metrópole

Autor: Pedro Prata Mateus Vargas / BRASÍLIA

Título: Governo põe Exército para tirar óleo de praias; Justiça determina ação imediata

Ambiente. Segundo o presidente em exercício, Hamilton Mourão, de 4 mil a 5 mil homens da Infantaria Motorizada foram colocados à disposição dos Estados; liminar dá 24 horas para o início da instalação de barreiras de proteção dos ecossistemas mais sensíveis

O Exército colocará à disposição das operações de limpeza das praias do Nordeste, atingidas por manchas de óleo, tropas da 10.^a Brigada de Infantaria Motorizada, com sede no Recife. Os militares também devem oferecer equipamentos para apoio a órgãos de Defesa Civil dos Estados do Nordeste. Já a Justiça em Pernambuco e em Alagoas determinou liminarmente à União e ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) que adotem “providências imediatas” para contenção e recolhimento do óleo que atinge as praias. A informação foi dada ontem pelo presidente em exercício, o general Hamilton Mourão, após reunião no Ministério da Defesa sobre ações para conter o avanço da mancha.

Segundo o general, ficarão à disposição entre 4 mil e 5 mil homens. Foram recolhidas cerca de 700 toneladas de óleo, misturado com areia e outras substância. O material está sendo entregue para aproveitamento em fábricas de cimento, disse o general (mais informações nesta página). Não há previsão do governo sobre quando cessará o avanço do óleo, mas o volume que chega às praias está diminuindo, segundo Mourão. “Vamos aguardar investigações, usando todos os sistemas de inteligência, não só nossos, mas também internacionais. Este acidente é inédito no mundo.” Ministros têm agenda no Nordeste para tratar da crise.

O titular do Desenvolvimento Regional, Gustavo Canuto, esteve na Bahia e deve ir a Sergipe. Já o ministro da Defesa, Fernando Azevedo e Silva, irá a Recife e Salvador. Criticado por manifestantes em evento em Porto Alegre, o ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, disse ontem que há politização da crise. “Não tem sido bom para o País esta polemização e politização que alguns querem fazer.”

Liminar. A Justiça em Pernambuco e Alagoas acolheu liminarmente ações civis públicas do Ministério Público Federal (MPF) e determinou medidas para “contenção, recolhimento e destinação adequada do material poluente, especialmente para proteção dos ecossistemas sensíveis, como manguezais, áreas de estuário e recifes de corais”. Em 24 horas, a contar da notificação judicial, deverá ter início a instalação de barreiras de proteção dos ecossistemas mais sensíveis. No mesmo prazo, devem ser fornecidos equipamentos de proteção, até para voluntários, e recipientes para armazenamento do óleo.

A União deverá ainda, diretamente ou por meio de parcerias, implementar e dar continuidade ao monitoramento ao longo de toda a extensão da plataforma continental sob risco. Ao Ibama, foi determinado executar “ações para o cumprimento das medidas atribuídas à União”, além de cuidar do resgate e atendimento da fauna. A Justiça Federal autorizou o remanejamento de verbas e eventuais dispensas de licitação para aquisição de equipamentos e contratação de pessoal. O MPF já havia determinado a instauração de inquérito pela Polícia Federal para investigar “o possível ato criminoso que gerou o acidente com o óleo, bem como atuação de órgãos ambientais”.

Falha na comunicação. Confrontado sobre as ações judiciais, o general Mourão disse que o governo acionou, ainda no começo de setembro, protocolos para conter o avanço das manchas de óleo sobre o litoral do Nordeste, mas reconheceu que houve falha na comunicação sobre as ações tomadas. “Apenas, mais uma vez, nos faltou comunicar mais isso aí.” Indagado se o uso do Exército seria uma resposta às críticas, admitiu: “Acho que sim.” “A gente faz trabalho e não está tendo visibilidade. Então vamos botar mais visibilidade nisso aí.”
/COLABOROU LUCAS RIVAS, ESPECIAL PARA O ESTADO

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 22/10/2019

Seção: Metrópole

Autor: Vinicius Brito ESPECIAL PARA O ESTADO / RECIFE

Título: Voluntário tira grandes resíduos, mas poluição persistirá por anos

Grupos trabalham em turnos, geralmente com início pela manhã e às vezes sem equipamentos de segurança

Enquanto as manchas de óleo avançam pelas praias do Nordeste, grupos de voluntários se organizam para ajudar na remoção do poluente, que fica impregnado na areia e nos corais. Nos mutirões, os grupos conseguem recolher grandes porções do material, mas pedaços menores podem ficar vários anos depositados no ecossistema. Para a bióloga Yana Costa, foi “uma das experiências mais tristes da vida” ir até a Praia de Muro Alto, em Ipojuca, um dos cartões-postais de Pernambuco, para ajudar na força-tarefa. “Havia diversos fragmentos de óleo na praia e na areia. Nos corais, não dava para tirar porque estava impregnado”, conta.

No Estado, o poluente também chegou nesta segunda-feira ao Cabo de Santo Agostinho e a outros destinos turísticos bastante procurados, como Carneiros. Os grupos de voluntários trabalham em turnos, geralmente com início pela manhã. A maior parte sai do Recife até o litoral sul pernambucano. A comunicação é feita, principalmente, pela internet, em grupos de mensagens instantâneas. “Durante a experiência, você sente dois sentimentos opostos. Fica triste por ver aquilo acontecendo com as praias que frequenta. Mas também é bom ver que as pessoas estão se engajando por um bem comum, que é limpar e tentar deixar o mínimo de estrago possível”, diz o estudante Yan Lopes, outro voluntário.

Os grupos têm recebido orientação da organização Xô Plástico de se protegerem totalmente com luvas e botas e evitar ao máximo entrar em contato com o óleo. Além da Xô Plástico, organizações como PE Lixo, Recife sem Lixo e Salve Maracáipe recrutam voluntários. A recomendação dos órgãos públicos é para uso de luva e bota de borracha, além de máscara e calça comprida. Apesar disso, muitos trabalham sem a segurança necessária. “Tem gente que se molou toda de óleo”, conta a estudante de Educação Física Louise Foster, que faz limpeza voluntária na Praia de Itapuama, no Cabo de Santo Agostinho. Já o secretário de Meio Ambiente e Sustentabilidade de Pernambuco, José Bertotti, afirma que o tamanho do desastre dificulta a distribuição de kits de proteção a todos. “A gente conseguiu material de doação de empresas e a Defesa Civil fez distribuição.”

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 22/10/2019

Seção: Metrópole

Autor: Roberto Godoy

Título: Tropa já vê missão como ‘extensão comunitária’

Foi boa a primeira reação da tropa. Para um oficial da 10.^a Brigada de Infantaria Motorizada, do Recife, o trabalho de controle do óleo é parte das extensões comunitárias das Forças Armadas, “uma tarefa parecida, embora mais ampla,

como a do provimento da infraestrutura das eleições ou do apoio nas campanhas de vacinação”. O militar considera, sim, “um desvio de função”, outro tipo de operação, como o envio de efetivos para guarnecer presídios e revistar celas de presos.

O esforço agora é diferente, por exemplo, do combate aos focos de incêndio na Floresta Amazônica, em agosto, quando o Ministério da Defesa teve de reagir depressa e os militares só receberam instrução básica para enfrentar o fogo na mata tropical. Orientados pela regra da disciplina e da fidelidade à hierarquia, os militares tratam de cumprir as ordens. Entretanto, nem sempre dispõem dos recursos, preparo e treinamento adequados.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 22/10/2019

Seção: Mercado

Autor: Nicola Pamplona

Título: Biodiesel ultrapassa R\$ 3 e pressiona diesel nos postos

Alta reflete impactos da guerra comercial entre EUA e China, dizem produtores

Rio de Janeiro - O preço médio do biodiesel voltou a subir no segundo leilão promovido pelo governo após o aumento da mistura obrigatória no diesel de petróleo. Em dois leilões, a alta acumulada já é de 32%, pressionando o preço do diesel nos postos brasileiros.

Em leilão na semana passada, as distribuidoras de combustíveis compraram 1,06 bilhão de litros pelo preço médio de R\$ 3,075 por litro. Foi a primeira vez que o valor ultrapassou a casa dos R\$ 3.

Embora a disputa tenha terminado com deságio de 5,99%, o preço final do leilão é 7,63% mais alto do que o verificado no leilão anterior, em agosto, quando o preço já havia tido alta de 22,6%.

Os produtores de biodiesel alegam que a pressão é fruto de alta no preço internacional do óleo de soja, principal matéria-prima para a produção no Brasil, com o aumento da demanda chinesa em meio à guerra comercial com os EUA.

O movimento ocorre logo após a elevação, de 10% para 11%, do percentual mínimo obrigatório de adição biodiesel ao diesel vendido nos postos. A mudança estava prevista para março, mas foi adiada para o dia 6 de agosto, para que as montadoras fizessem testes da nova mistura. Antes do aumento da mistura, os preços dos três primeiros leilões de 2019 situaram-se em torno dos R\$ 2,30.

Para o consultor Luiz Henrique Sanches, a alta nos leilões pode representar repasse de até R\$ 0,24 nas bombas. Incluindo o aumento de agosto, a alta acumulada é de R\$ 0,079. Em agosto, segundo o último relatório do **MME (Ministério de Minas e Energia)** disponível, o biodiesel representava 6,2% do preço final do diesel.

Entre a semana do penúltimo leilão e a semana passada, o preço médio do diesel nos postos subiu 5%, impulsionado também por reajuste de 4,2% promovido pela Petrobras no preço do diesel de petróleo em 18 de setembro.

A mistura obrigatória de biodiesel ao diesel sobe um ponto percentual por ano, até atingir 15% em 2023. Desde agosto, as distribuidoras podem optar por percentuais maiores, mas os elevados preços têm mantido as vendas em patamares mínimos.

Os leilões de compra de biodiesel são realizados pela ANP a cada dois meses. Os produtores oferecem lotes do produto respeitando um preço máximo estabelecido pela agência (R\$ 3,271 no último leilão). As distribuidoras, então, adquirem os lotes de acordo com suas estratégias comerciais.

O presidente da Ubrabio (União Brasileira do Biodiesel e do Bioquerosene), Juan Diego Ferrés, diz que, além da taxa de câmbio, os preços atuais sofrem impacto da guerra comercial entre EUA e China.

A Aprobio (Associação Brasileira dos Produtores de Biodiesel), argumenta que os preços nos leilões variam também de acordo com questões logísticas e com a estratégia econômica das distribuidoras que compram o combustível.

Para o governo, o mercado se encarregará de ajustar os preços, levando o biodiesel a contribuir para reduzir o preço final, e não o contrário.

Os produtores afirmam que não há problemas de oferta no Brasil e que a demanda no leilão foi inferior à oferta. Segundo a Aprobio, a capacidade de produção é de 9,1 bilhões de litros por ano, 3 bilhões a mais do que o consumo esperado em 2019.

Ferrés diz que os produtores estão preparados para atender ao crescimento da demanda, incluindo a mistura de 12%, que começa a valer em março de 2020.

O MME diz que o programa de incentivo aos biocombustíveis e a oferta de financiamento ao setor vão fomentar investimentos na capacidade de oferta.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Data: 22/10/2019****Seção: Especial****Autor: Matheus Moreira****Título: Salles usa vídeo editado para criticar Greenpeace e discute com políticos**

ONG respondeu à publicação com o conteúdo original; ministro também divergiu do governador da Bahia e de deputada federal

Nos últimos dias, o ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, discutiu com figuras públicas e ONGs ambientais sobre as ações do governo federal frente à crise das manchas de óleo no Nordeste.

Nesta segunda (21), o ministro ironizou um vídeo do Greenpeace em que um por-ta-voz da ONG responde à pergunta “Por que o Greenpeace não está nos locais atingidos ajudando na limpeza?”.

“O Greenpeace ‘explicou’ porque não pode ajudar a limpar as praias do Nordeste... ahh tá...(sic)”, escreveu Salles.

O vídeo utilizado pelo ministro para criticar a suposta ausência da ONG em grupos de limpeza de praias do Nordeste foi editado e parte foi retirada. O vídeo completo tem cerca de três minutos, dos quais mais da metade não aparece na montagem compartilhada pelo ministro.

A ONG respondeu à publicação: “Durante o final de semana um dos nossos vídeos foi cortado e editado para tirar de contexto uma fala do nosso porta-voz sobre as manchas de óleo. O corte foi publicado pelo ministro e respondemos mostrando a realidade. No lugar de agir de forma concreta, Ricardo Salles prefere culpar ONGs como o Greenpeace. O ministro mente e espalha falácias sobre a atuação de ONGs, como vimos nas queimadas na Amazônia, como forma de desviar a atenção da sua própria inação e incompetência”.

A deputada federal Sâmia Bomfim (PSOL-SP) também escreveu ao ministro no Twitter. Ela disse que Salles não tem cumprido suas obrigações e estaria tentando “botar a culpa nos outros”. Salles respondeu à deputada: “Vc é que não tem vergonha. Mas deveria ter, e muita, pois o petróleo que está atingindo o Nordeste e o Brasil, é venezuelano, cujo governo ditatorial comunista vocês apoiam (sic)”.

No sábado (19), o ministro já havia discutido com o governador da Bahia, Rui Costa (PT), após o petista cobrar que o governo federal se manifestasse sobre ações para a contenção do óleo que atinge as praias do Nordeste.

“Já foram removidos mais de 155 toneladas deste material, entretanto precisamos de um posicionamento e de resoluções do Governo Federal, através da Marinha e do Ibama, que são os responsáveis pelo cuidado com o oceano, mas continuam em silêncio.”

Salles respondeu ao governador dizendo ter ido pessoalmente à Bahia e visto fuzileiros navais, agentes do Ibama e equipes municipais trabalhando na limpeza, mas diz não ter encontrado pessoas ligadas ao governo estadual.

Costa rebateu e disse que Salles não estaria trabalhando, mas apenas tirando fotos. “De helicóptero realmente não tinha como ver. Fazer foto e dizer que trabalhou é muito fácil. Deixe de fazer política e trabalhe.”

Na sexta (18), o MPF (Ministério Público Federal) entrou com uma ação contra a União por omissão no desastre das manchas de óleo no Nordeste. A Procuradoria pedia que, em 24 horas, fosse colocado em ação o Plano Nacional de Contingência para Incidentes de Poluição por Óleo em Água.

A Justiça Federal do Sergipe reconheceu no domingo (20), após a União apresentar sua resposta à ação do MPF, que o plano de contingência foi colocado em prática em setembro.

Na tarde desta segunda, Salles viajou ao Rio Grande do Sul para encontrar empresários no Country Club, em Porto Alegre. Ele foi recebido por um grupo de cerca de quinze pessoas que gritava frases como “sinistro exterminador do futuro” e “Salles na cadeia”.

Após o encontro, Salles não respondeu ao questionamento da reportagem sobre o presidente Jair Bolsonaro (PSL) não ter visitado as praias nordestinas afetadas. O ministro se limitou a criticar a “politização” do vazamento de óleo.

“Todos os ministérios têm dado suas contribuições, os órgãos federais têm feito um grande trabalho, os órgãos municipais também estão participando, voluntários estão prestando um bom serviço ao país. Não tem sido bom para o país essa ‘polemização’ e essa ‘politização’ que alguns querem fazer”, respondeu sem mencionar os órgãos estaduais.

Com Paula Sperb

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 22/10/2019

Seção: Especial

Autor: Angela Boldrini

Título: Mourão anuncia reforço do Exército para limpar praias

O presidente interino, Hamilton Mourão, afirmou que o Exército reforçará, a partir desta segunda-feira (21), a operação de contenção e limpeza das manchas de petróleo nas praias do Nordeste.

“Hoje o Exército está colocando uma brigada, a 10a Brigada, que é sediada em Recife e tem entre 4.000 e 5.000 homens, como reforço, fora os equipamentos que estão sendo distribuídos à Defesa Civil dos estados e municípios”, afirmou Mourão a jornalistas depois de reunião no Ministério da Defesa sobre o vazamento. Ele disse não saber quais equipamentos serão disponibilizados.

Segundo a Defesa, a retirada do óleo estava sendo realizada pela Marinha e a Aeronáutica. Essa será a primeira Brigada do Exército a ser deslocada para atuar no caso.

VEÍCULO: O Globo

Data: 22/10/2019

Seção: Economia

Autor: ASSIS MOREIRA* TÓQUIO

Título: Japoneses recebem Bolsonaro interessados em minerais raros

Empresas do país asiático querem investir em nióbio, grafeno e lítio no Brasil

Empresas japonesas estão interessadas em investir mais em minérios raros no Brasil, como nióbio, grafeno e lítio, indicam fontes em Tóquio. O embaixador brasileiro no Japão, Eduardo Saboia, confirma o forte interesse japonês e diz que os dois países —cujo comércio bilateral caiu à metade em sete anos — aprofundam a cooperação para pesquisa, produção e uso dessas super commodities.

O presidente Jair Bolsonaro iniciou ontem em Tóquio sua viagem por cinco países da Ásia. Além do primeiro-ministro do Japão, Shinzo Abe, ele se reúne com empresários.

Um consórcio nipo-coreano, liderado pela japonesa Sojitz, já atua no Brasil. Pagou US\$ 1,95 bilhão em 2011 por 15% da Companhia Brasileira de Metalurgia e Mineração (CBMM), atualmente a maior produtora de nióbio. O mineral é usado para aumentar propriedades do aço na fabricação de automóveis mais leves, de tubulações de gás e de infraestrutura mais segura.

A Toshiba tem parceria com a CBMM para produção de baterias automotivas de recarga rápida, novo nicho para a ampliação da demanda mundial de nióbio com o crescimento da indústria de carros elétricos. O mineral viabiliza baterias mais seguras e duráveis e com tempos recordes de recarga. A Toshiba pretende

iniciar a fase de homologação e pré-comercialização com montadoras no início de 2021.

Quanto ao lítio, também usado em baterias de carros elétricos, a Mitsui investiu US\$30 milhões neste ano numa área explorada no Brasil pela Sigma Lithium Resources. Em troca, vai receber 25% da produção inicial de 220 mil toneladas por ano. O grafeno também interessa aos japoneses porque é considerado uma das commodities que pode revolucionar a indústria tecnológica como um todo por sua resistência, leveza, transparência, flexibilidade e condutibilidade elétrica.

O Japão passa por uma transição de sua matriz energética para composição mais limpa. A expectativa é que o Brasil possa ter papel importante nisso com vendas, por exemplo, de etanol de segunda geração para carros elétricos. Há uma cooperação da Nissan do Brasil com USP e Unicamp nessa área. A Toyota investe R\$ 1 bilhão no Brasil para a produção de veículos elétricos com tanques complementares de etanol. (*Do Valor)

VEÍCULO: O Globo

Data: 22/10/2019

Seção: O País

Autor:

Título: Belo Monte teve cimento com sobrepreço

Relatório contratado pela Eletrobras também apontou pagamento à empresa que foi à falência

A usina hidrelétrica Belo Monte foi erguida no Pará com um sobrepreço do cimento usado na construção na ordem de R\$ 59,3 milhões, e com pagamentos de R\$ 238 milhões a uma empresa que foi à falência e não entregou os serviços contratados. É o que registra o relatório de uma auditoria interna contratada pela Eletrobras, após a Lava-Jato apontar pagamento de propina na construção da usina.

O GLOBO obteve os relatórios — mantidos em sigilo por três anos até este mês — elaborados pelo escritório de advocacia americano responsável pela auditoria, o Hogan Lovells. Os apontamentos de sobrepreço e de pagamentos sem serviços em contrapartida estão entre os poucos avanços da auditoria.

Apesar de ter custado mais de R\$ 400 milhões à Eletrobras, a auditoria se escorou em informações levantadas pela Lava-Jato, principalmente delações de empreiteiros que participaram de empreendimentos relacionados à estatal. Para estimar prejuízos, como no caso de Belo Monte, a Hogan Lovells usou a palavra de delatores sobre porcentagens de propina.

Segundo a auditoria, a Norte Energia, responsável por Belo Monte, comprou cimento da Votorantim com custo tanto do produto quanto do transporte acima da média de mercado. O documento chama o sobrepreço de irregularidade, mas diz que não foi resultado de “atos ilegais”..

O relatório da Hogan Lovells diz ainda que a Norte Energia fez pagamentos à empresa argentina Impsa por serviços que não entregues em razão da falência da companhia. Os valores estão sob disputa num processo de arbitragem. Ao todo, a Impsa recebeu R\$ 307 milhões e entregou serviços equivalentes a R\$ 69 milhões.

Apesar de os documentos terem sido tornados públicos pelo TCU, a Eletrobras disse que são confidenciais e que não poderia comentar. A Votorantim Cimentos disse, em nota, que “repudia qualquer ilação” e que o relatório é “extremamente vago” e “não conclusivo”. A Hogan Lovells e o escritório da ex-ministra do Supremo Tribunal Federal (STF) Ellen Gracie, responsável pelo comitê de investigação da estatal, não responderam. O GLOBO não conseguiu contato com a Impsa.

VEÍCULO: O Globo

Data: 22/10/2019

Seção: Colunas

Autor: Ancelmo Gois

Título: ‘NÃO PRECISA EXPLICAR, EU SÓ QUERIA ENTENDER’

Por que a Petrobras insiste em dizer, no material sobre a limpeza nas praias do Nordeste, que “todos os custos serão ressarcidos” pelo Ibama? Mesmo no mundo privado moderno, a solidariedade nesses casos é comum. Com todo o respeito.

VEÍCULO: O Globo

Data: 22/10/2019

Seção: Sociedade

Autor: DANIEL GULLINO BRASÍLIA

Título: Exército reforçará combate a óleo no Nordeste

Mourão afirma que envio de tropas dará ‘mais visibilidade’ às ações do governo, criticado por autoridades estaduais devido a problemas de comunicação; Justiça determina novas medidas para contenção de vazamentos

O presidente em exercício, Hamilton Mourão, afirmou ontem que o Exército passará a reforçar as operações contra o derramamento de óleo no Nordeste. De acordo com Mourão, o objetivo é dar “mais visibilidade” às ações que já

estão sendo feitas. Serão enviados homens da 10ª Brigada de Infantaria Motorizada, sediada em Recife, reforçando uma equipe que já conta com 1.583 militares, quinze navios e uma aeronave da Marinha.

— O Exército está colocando a 10ª Brigada, que tem mais ou menos quatro mil, cinco mil homens em reforço. Fora equipamentos que estão sendo distribuídos às Defesas Cíveis dos estados e municípios — disse.

Em nota, o Ministério da Defesa informou que autorizou o emprego de cerca de cinco mil militares que poderão atuar no monitoramento e limpeza das praias. Até então, só o pessoal da Marinha havia sido empregado nas operações, sendo 1.583 militares, quinze navios e uma aeronave.

O vice-presidente disse que não há previsão de quando a limpeza será concluída porque se trata de um acidente “inédito” em todo o mundo.

— Está diminuindo. Esse óleo que chegou agora em Pernambuco, vamos dizer, é uma segunda vaga de assalto. Já houve a primeira vaga de assalto, agora chegou a segunda. Pode ter ficado para trás na hora em que foi lançado no mar.

Uma nota conjunta da Marinha, Agência Nacional de Petróleo (ANP) e Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama) informou que, até agora, foram recolhidas 900 toneladas de resíduos de petróleo nas praias do Nordeste.

Secretários municipais e diretores de agências ambientais estaduais têm reclamado da atuação do governo federal contra o derramamento. As principais queixas envolvem problemas de comunicação entre os estados e a União, além da contribuição de órgãos federais no dia a dia das operações. Mourão, porém, considera que as críticas fazem “parte da política”.

Diretor-presidente da Administração Estadual do Meio Ambiente de Sergipe, Gilvan Dias afirmou que o governo federal deve “sentar numa mesa” para conversar com os estados e municípios. E citou como exemplo a visita feita na semana passada ao estado pelo ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, sem uma comunicação prévia:

— (Faltam) Todos os tipos de informação, como qual é a política do governo federal para o estado em frente a essas questões.

A pressão sobre o governo também aumentou fora da arena política. A Justiça Federal determinou que União e Ibama apliquem medidas para conter o óleo em Pernambuco e Alagoas. Entre as ações exigidas estão a instalação de barreiras de proteção nos ecossistemas mais sensíveis e fornecimento de equipamentos de proteção individual para voluntários.

SALLES CONTRA GREENPEACE

O ministro do Meio Ambiente reagiu ontem com ironia a um comunicado publicado pela ONG ambiental Greenpeace na internet a respeito do derramamento de óleo. No material, o grupo afirma que o combate às manchas exige conhecimentos e equipamentos técnicos específicos. Pelo Twitter, Salles respondeu com um vídeo de voluntários removendo grandes manchas de óleo de uma praia. Na legenda, escreveu: “O Greenpeace ‘explicou’ porque não pode ajudar a limpar as praias do Nordeste.... ahh tá...”

Em comunicado, a ONG afirmou que seus voluntários participam das ações: “Esse já é o maior desastre ambiental de vazamento de petróleo do país em extensão e o governo pouco fez para combater e mitigar os impactos. O governo e o ministro devem focar em resolver o problema com eficiência em vez de jogar a responsabilidade para a população”.

A Petrobras, que diz ter coletado 280 toneladas de resíduos oleosos (mistura de óleo e areia) desde o início de suas atividades, em 12 de setembro, começou a utilizar duas embarcações de apoio, helicópteros e drones para atuar nas regiões costeiras do Nordeste.

“A Petrobras permanece com diversas equipes em campo, totalizando cerca de 500 pessoas trabalhando simultaneamente”, disse a empresa.

(Colaboraram Gabriel Shinohara e Johanns Eller)

VEÍCULO: O Globo

Data: 22/10/2019

Seção: Sociedade

Autor:

Título: Falta governo

Opinião do Globo:

O MAIOR desastre ambiental já acontecido no litoral brasileiro, pelo menos na extensão geográfica dos danos, tem mobilizado voluntários no trabalho de limpeza de praias.

É UMA ATITUDE benemerita e que indica a consciência da necessidade de preservação do patrimônio natural do país. As cenas, porém, de abnegados recolhendo o óleo de forma quase sempre precária, denunciam a falta de um trabalho minimamente coordenado e profissional.

PARECE MESMO faltar governo. A mobilização do Exército é positiva.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 22/10/2019

Seção: Brasil

Autor: Ingrid Soares /Catarina Loiola

Título: Reforço para conter o óleo

O presidente interino Hamilton Mourão afirmou que, desde ontem, aproximadamente 5 mil homens do Exército reforçam o combate ao vazamento de óleo e a limpeza das praias do Nordeste. O anúncio foi feito depois de reunião sobre a tragédia ambiental no Ministério da Defesa. Segundo ele, trata-se de efetivo da 10ª Brigada Motorizada, sediada em Recife. Também serão distribuídos equipamentos para as defesas civis dos estados e municípios alcançados pela sujeira.

As manchas que atingem 200 localidades, em 78 municípios de nove estados, desde o início de setembro, ainda são um mistério, pois não há como detectar a procedência, conforme enfatizou o presidente em exercício. “Pode vir a Nasa, pode vir quem quiser que não consegue enxergar. É um mistério”, desafiou.

Mourão destacou que o governo montou grupos de avaliação e de acompanhamento, em Salvador e Recife, além de um do Ministério da Defesa. Ele acredita que não demorará para que o óleo deixe de chegar às praias. E enfatizou que em torno de 700 toneladas de piche foram recolhidos.

“Não é óleo puro. Vem misturado com areia e dejetos do mar”, explicou, acrescentando que o material recolhido está sendo entregue às fábricas de cimento. Também há a percepção de que o volume de óleo está diminuído, mas não existe expectativa de quando deixará de chegar ao litoral.

Rebatendo críticas

Sobre a atuação do governo federal na contenção do avanço da mancha, que tem sido razão de críticas de políticos e ambientalistas, o presidente em exercício divulgou nota esclarecendo que “o governo federal, ao contrário do noticiado e indevidamente explorado, está tomando todas as providências para o monitoramento, limpeza e apuração das responsabilidades atinentes a esse grave e lamentável incidente”. A nota prossegue: “Desde o dia 2 de setembro, o Grupo de Acompanhamento e Avaliação, constituído pela Marinha do Brasil, Ibama e Agência Nacional do Petróleo, por meio da Petrobras, com apoio dos estados, municípios e voluntários trabalha ininterruptamente para conter os danos ocasionados pelo derramamento de óleo no litoral do Nordeste”. Garante

ainda que o governo prossegue na “investigação das responsabilidades que incidem sobre mais 30 navios estrangeiros de 10 bandeiras diferentes que circularam na área”.

****Estagiária sob a supervisão de Fabio Grecchi***

Justiça determina ação "imediata"

A Justiça em Pernambuco e em Alagoas determinou liminarmente à União e ao Ibama que adotem “providências imediatas” para contenção e recolhimento do óleo que atinge as praias da região. A decisão acolhe liminarmente ações civis públicas do Ministério Público Federal para proteção dos ecossistemas sensíveis.

A Justiça acatou os argumentos do MPF e determinou medidas para “contenção, recolhimento e destinação adequada do material poluente, especialmente para proteção dos ecossistemas sensíveis, como manguezais, áreas de estuário e recifes de corais”.

Em 24 horas, a contar da notificação judicial, deverá ter início a implantação de barreiras de proteção dos ecossistemas mais sensíveis, com instalação de equipamentos adequados. A União deverá ainda implementar e monitorar “toda a extensão da plataforma continental sob risco”.

Ao Ibama, foi determinado “executar solidariamente, no que couber ao órgão, ações para o cumprimento das medidas atribuídas à União”. Em caso de descumprimento, será aplicada multa diária no valor de R\$ 50 mil.

Já deputados estão se movimentando para definir as responsabilidades pelo vazamento. Célio Studart (PV-CE), Túlio Gadêlha (PDT-PE) e Rodrigo Agostinho (PSB-SP) elaboraram dois requerimentos com questionamentos aos ministérios do Meio Ambiente e da Defesa sobre as medidas tomadas.

Ao Ministério da Defesa, os deputados questionam quais foram as ações adotadas pela Marinha para amenizar o desastre e se a Força foi acionada para atuar no mapeamento, com embarcações e aviões, a fim de impedir o avanço da mancha. **(IS e CL)**

VEÍCULO: Correio Braziliense**Data:** 22/10/2019**Seção:** Opinião**Autor:****Título:** De óleos as praias nordestinas**Visto, lido e ouvido**

Considerado o maior e mais devastador desastre ambiental já ocorrido no litoral do Brasil, o imenso derramamento de óleo cru, que vai invadindo as praias paradisíacas do Nordeste, prossegue livremente em seu trajeto de poluição e morte desde 30 de agosto. A contaminação atinge uma área costeira de mais de 2.200 quilômetros e ainda pode aumentar muito de extensão, dependendo da movimentação das correntes marinhas.

O mais preocupante é que, desde que foi dado o alerta para o problema, o imprevisto e a lentidão das autoridades demonstram, mais uma vez, o pouco preparo e a ausência de estratégia de emergência para combater calamidades dessa magnitude, uma vez que, ao longo dos mais de 8.000 quilômetros do litoral do país, trafegam, dia e noite, enormes petroleiros carregados de óleo bruto, cujo destino e rotas as autoridades parecem desconhecer ou prestar pouca atenção.

Na falta de uma ação eficaz por parte do governo, voluntários recrutados entre a população vão se revezando no trabalho de recolher manualmente o que podem. Há notícias de que foram retiradas cerca de 600 toneladas de óleo bruto.

Da mesma forma como ocorreu durante os incêndios na região amazônica, que foram crescendo em proporção, chamando a atenção do restante do planeta, o governo parece, mais uma vez, alheio a questões dessa natureza. Muitos têm criticado a postura do presidente, que, pela segunda vez, deixou de se apresentar prontamente para verificar in loco a extensão dos estragos ambientais. A ausência diz muito sobre o que esperar do atual governo em casos de calamidade e acende a luz vermelha para a realidade de um Estado totalmente despreparado para atuar em casos de grandes proporções.

Não fosse a ação de grupos de voluntários, alarmados com a possibilidade de perderem turistas no verão que se aproxima, o problema seria ainda mais dramático. A poluição de muitas praias da região, algumas entre as mais belas dos trópicos, pode afetar, de forma drástica, a principal fonte de renda de muitas famílias nordestinas que vivem no litoral e exploram atividades diversas

na alta estação. O pouco envolvimento do governo para amenizar os estragos desse derrame tem feito com que a Justiça, por intermédio do Ministério Público de nove estados nordestinos, entre com ação contra a União pedindo providências.

Também na Câmara dos Deputados crescem ações visando à instalação de Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para apurar responsabilidades. A Petrobras tem feito cara de paisagem. O mesmo ocorre com o Ibama, desmobilizado e desprestigiado no atual governo. A ausência de um Plano Nacional de Contingência para Incidentes, tanto no caso dos incêndios na Região Norte quanto da poluição por óleo no Nordeste demonstra, na prática, que o atual governo não tem uma equipe coordenada para enfrentar calamidades públicas. Isso num país continental e com enormes chances de desastres de todo o tipo. O pior é que as autoridades não sabem a extensão do vazamento, a sua origem, quais as estratégias corretas a adotar nem a quem punir.

MME / ASCOM .